

Linguistic approaches to philosophical problems, de Alice Ambrose

Beto Vianna

Universidade Federal de Sergipe-Itabaiana

Recebido em 16/11/2018
Aprovado em 01/12/2018

Proponho aqui a tradução de um texto de Alice Ambrose Lazerowitz (1906-2001), filósofa norte-americana da tradição analítica, que produziu principalmente entre os anos 40 e 80 do século XX. A filosofia analítica reinou (e ainda viceja) na Inglaterra, nos EUA, e em outros países de língua inglesa, em oposição ao que se costuma chamar de “filosofia continental” (a fenomenologia, o pós-estruturalismo...), marcando, no domínio da filosofia, a divisão de espólio da hegemonia acadêmica euro-americana no ocidente (nós, brasileiros, que o digamos).

O texto aparece originalmente na revista *The Journal of Philosophy*, uma publicação acadêmica da Universidade de Columbia, na sua edição de abril de 1952, que foi a fonte principal da minha proposta de tradução. Utilizei também a versão do artigo publicada em uma antologia editada por Richard Rorty em 1967 (e reeditada em 1992), que reúne textos seminais ou iluminadores da “virada linguística” em filosofia. O parágrafo conclusivo do texto de Ambrose é diferente na versão da antologia de Rorty, e preferi usar, como já disse, a versão original para minha tradução.

Alice Ambrose foi, nos anos 30, discípula de Ludwig Wittgenstein e participou do seletíssimo grupo de alunos para quem o filósofo ditou os cadernos Azul e Marrom, que esboçam a transição entre suas duas fases – a do *Tractatus* (2001) e a das *Investigações filosóficas* (1999), publicados em inglês, e respectivamente, em 1922 e 1953 – um divisor epistemológico de águas ainda mal sorvido por muitos filósofos da linguagem (ao menos os não-pragmatistas), incluindo meus colegas linguistas das mais variadas escolas e cores.

Essa vivência, por si só, já nos ajuda a aceitar a posição ambivalente, talvez híbrida, talvez dialógica, de Ambrose, entre os filósofos da linguagem pós-Russell e pós-Wittgenstein (o do *Tractatus*), como os positivistas ou empiristas lógicos (como Carnap), os relativistas ontológicos (como Quine) e, grosso modo, toda a tradição analítica contemporânea de Ambrose, que compreendia, na divisão proposta por Rorty (1992), aqueles para quem os problemas filosóficos tradicionais resultam de confusões conceituais e propõe, alternativamente, examinar a língua comum, ou construir uma linguagem filosoficamente ideal. Em sua já citada antologia, Rorty (1992, no Prefácio) coloca o texto de Ambrose desajeitadamente nesse meio de caminho, junto de outras abordagens linguísticas da filosofia que, segundo o autor, “se apoiam na posição metafilosófica” que iria conduzir à “virada celebrada em direção ao pragmatismo”, mas cujas “ligações com o positivismo são tão fortes” e tão diferentes da subsequente “filosofia de Oxford” (Ryle, Austin), que não permitem serem situadas claramente naquela direção. Acredito que o presente texto de Ambrose seja ilustrativo, não de hesitação ou ambiguidade da autora, mas desse caráter movediço (ao menos se encarado retrospectivamente) das posições de Alice Ambrose.

Ser mulher-filósofa nesse mundo com forte ranço de testosterona (anda que o diminuto círculo do

bissexual Wittgenstein à época do *Livro azul* comportasse, exatamente, três alunas e três alunos) também me leva a pensar em um deslocamento que, por sua vez, também desconfio, se insinua no discurso filosófico da autora. E no de seus comentadores. Em um ensaio crítico à “teoria da proposta” de Ambrose, por Roderick Chisholm (1992), presente tanto na edição da revista que traz o texto original quanto na antologia de Rorty, o autor refere-se à autora (como era costume na época, o que não diminui seu impacto) como *Miss Ambrose*, subtítulo que, em contraste com as neutras menções masculinas, codifica gênero e condição social (e acadêmica?) da mencionada.

Quanto à tradução, admito que, não sendo filósofo, nem tradutor, mas linguista, foi a partir desse último interesse disciplinar que encarei o exercício de traduzir Ambrose. Assim, filósofos devem encontrar (mas espero que não) imprecisões terminológicas (traduções duvidosas de conceitos bem estabelecidos) quase desculpáveis vindas de alguém com pouco treino na área. O mesmo vale para o ofício da tradução ou o domínio do inglês escrito, que também podem indispor (mas espero que não) outros especialistas com este trabalho e este tradutor. De todo modo, tomei como método geral a tradição tradutória de trair o mínimo possível, ou com a menor frequência possível, ora a língua original, ora a de destino (nunca se pode ser fiel a ambas todo o tempo, ou ao mesmo tempo). Permiti a duas classes de termos de minha própria área uma certa ambiguidade, e por motivos equivalentes. “Língua” e “linguagem” podem, em português, requerer aplicações distintas (nem sempre consensuais entre os profissionais), mas um mesmo vocábulo – “*language*” – em inglês permite uma polissemia que, a meu ver, faz parte do texto de Ambrose, e, provavelmente, das discussões linguístico-filosóficas em geral, quando se diz, por exemplo, que é tarefa do filósofo reformar a *língua* (aquela língua particular). Ou seria a linguagem? Fui fiel, nesse caso, ao original em inglês. Em outro caso, para fazer referência à língua comum (aquela examinada, reformada ou abusada pelo filósofo), às vezes mantive o nome “inglês”, e, em outros momentos, traindo o original (mas, não, a tradução), refiro-me à língua particular em questão como “português”, principalmente quando a autora discute as interpretações usuais de uma sentença ou termo particular da língua que, é claro, traduzi para o português.

Indico, tanto no texto original quanto na versão em português, as páginas em que se iniciam os parágrafos, facilitando o cotejamento dos dois textos pelo leitor, mas sem quebrar parágrafos ou linhas interpolando as indicações de página, o que poderia dificultar a leitura. Traduzi as citações a partir do texto de Ambrose e, não, de versões disponíveis em português (quando as havia). Omiti as poucas notas de pé de página do texto original que, em sua maioria, remetem às obras citadas pela autora, evitando o dilema de traduzir títulos e trechos que nem sempre estão disponíveis em português.

Aracaju, 16 de novembro de 2018.

LINGUISTIC APPROACHES TO PHILOSOPHICAL PROBLEMS

p. 289

VIEWS about the nature of philosophical theories answer to one of two rough descriptions, one orthodox and seemingly having the best claim to truth, the other heterodox and seemingly false. In this paper I shall set out the considerations both for and against accepting various forms of the heterodox position; but I shall argue without reservation against the orthodox position. The latter commonly describes philosophy as a pursuit of truth, where “pursuit of truth” is interpreted in conformity with common usage as the attempt to acquire knowledge about our world. The contrasting position comprises a series of views held by philosophers whose primary concern appears to be the language in which purported truths are expressed. This concern reflects a conception of philosophy, a conception often not explicit and sometimes even disclaimed, namely, that a philosophical theory has its sources in linguistic facts rather than in facts about our world, and that despite appearances it gives us information only about language. A theory about causation, for example, tells us something about the word “cause” rather than about causation as a feature of our world.

This rough description of the position of linguistic philosophers makes it appear to ignore a distinction we all know, between the use and mention of a word. It is clear, for example, that philosophical views about causation do not translate into any statements about the word cause.” But of course this fact is already known to philosophers whose approach is linguistic. To maintain their thesis it is therefore incumbent upon them to specify in what way philosophical theories yield only verbal information and, first of all, to show that such theories are not what they seem. This latter thesis I want now to defend.

Descartes remarked that “Philosophy teaches us to speak with an appearance of truth on all things, and causes us to be admired by the less learned.” But this appearance of truth is much more an appearance than he ever supposed. Philosophical views quite clearly have an empirical air, i.e., they appear to state matters of fact. To take some sample illustrations: a physical object is a bundle of properties, perception of physical objects involves an inference to something beyond one’s experience, man’s mind is necessarily given to antinomies, one cannot know one is not dreaming, it is impossible to know other people exist, motion is impossible, etc.

p. 290

I want to hold that despite appearances these are *not* factual statements about physical objects, perception, the human mind, one’s knowledge; first, because investigations which come to these conclusions are clearly not empirical. I do not propose here to discuss in a positive way the kind of evidence the philosopher adduces for a theory; here I can only say the evidence is not empirical. And I back this claim by pointing out that he has no laboratory, no experiments figure in his demonstrations or refutations, he cannot claim to closer observation of phenomena than other folk. Empirical conclusions cannot be expected to derive from non-empirical evidence. Second, they are not empirical because philosophic disputants come to opposite conclusions although the same facts are available to them and no possible further fact can decide betwixt them; i.e., their dispute cannot, even theoretically, be settled by recourse to any sort of matter of fact. Examples of such disputes are: the long-standing controversy over whether universals exist (consider Russell’s, Carnap’s, and Quine’s changing positions), Locke and Berkeley’s dispute over the existence of abstract ideas, disputes over the existence of sense data and over the extent of our knowledge. Third, some (possibly all) philosophical theories cannot be empirical because they imply the logical impossibility of what is patently and undeniably possible. For example, it appears to be a consequence of some of Bradley’s views that it is self-contradictory (not merely false) that we should all be here now, or somewhere else before, or that we should have walked here, or that I should be sitting next to B.

ABORDAGENS LINGUÍSTICAS DOS PROBLEMAS FILOSÓFICOS

p. 289

POSIÇÕES sobre a natureza das teorias filosóficas respondem por uma de duas descrições gerais, uma ortodoxa e aparentemente melhor candidata à verdade, e a outra heterodoxa e aparentemente falsa. Neste artigo pretendo elencar as considerações a favor e contra a aceitação de várias formas da posição heterodoxa, ao mesmo tempo que irei argumentar, sem reservas, contra a posição ortodoxa. Esta última usualmente descreve a filosofia como a busca pela verdade, em que expressão “busca pela verdade” é interpretada, conforme seu uso comum, como a tentativa de adquirir conhecimento sobre o mundo. A posição contrastante engloba uma série de visões defendidas por filósofos cuja preocupação central parece ser a língua em que as supostas verdades são expressas. Essa preocupação reflete uma concepção de filosofia, uma concepção nem sempre explícita e às vezes até mesmo negada, a saber, que a fonte de uma teoria filosófica são os fatos linguísticos e, não, fatos a respeito do nosso mundo, e que apesar das aparências, tal teoria só nos pode informar a respeito da linguagem. Uma teoria da causalidade, por exemplo, nos diz mais a respeito da palavra “causa” que sobre a causalidade como uma característica do nosso mundo.

Essa descrição imperfeita da posição dos filósofos linguísticos parece nos fazer ignorar uma distinção que todos conhecemos, entre o uso e a menção de uma palavra. É evidente, por exemplo, que entendimentos filosóficos da causalidade não podem ser traduzidos por definições da palavra “causa”. Mas, claro, esse fato já é bem conhecido por filósofos de inclinação linguística. Para sustentar suas teses é, portanto, responsabilidade deles especificar de que modo teorias filosóficas produzem apenas informação verbal e, acima de tudo, mostrar que tais teorias não são aquilo que aparentam ser. É essa última tese que eu pretendo agora defender.

Descartes observou que “A filosofia nos ensina a falar com uma aparência de verdade sobre todas as coisas, e nos faz ser admirados pelos menos letrados”. Mas essa aparência de verdade é muito mais aparente do que ele jamais supôs. Abordagens filosóficas têm geralmente um ar empírico, ou seja, elas parecem fazer afirmações sobre os fatos do mundo. Tomando alguns exemplos ilustrativos: um objeto físico é um feixe de propriedades, a percepção de objetos físicos envolve uma inferência sobre algo além da experiência, a mente humana é necessariamente dada a antinomias, não podemos saber se não estamos sonhando, é impossível saber se outras pessoas existem, o movimento é impossível etc.

p. 290

Quero sustentar que, apesar das aparências, essas não são afirmações factuais sobre os objetos físicos, a percepção, a mente humana ou o conhecimento. Primeiro, porque as investigações que levam a tais conclusões são claramente não-empíricas. Não proponho aqui uma discussão positivista sobre o tipo de evidência que o filósofo aduz para sua teoria; aqui quero apenas dizer que a evidência não é empírica. Em respaldo à minha afirmação, aponto para o fato de que o filósofo não dispõe de laboratório, e nenhum experimento figura em suas demonstrações ou refutações, impedindo-o de alegar estar observando um fenômeno mais acuradamente que qualquer outra pessoa. Não podemos esperar que conclusões empíricas derivem de evidências não-empíricas. Em segundo lugar, elas não são empíricas na medida em que dois filósofos chegam a conclusões opostas apesar dos mesmos fatos estarem disponíveis para ambos, e nenhum fato adicional poderá resolver a disputa, isto é, a disputa não pode, mesmo teoricamente, ser decidida pelo recurso a qualquer tipo de evidência factual. Exemplos de tais disputas: a controvérsia de longa data sobre a existência de universais (considere as posições cambiantes de Russell, Carnap e Quine), a disputa de Locke e Berkeley sobre a existência de ideias abstratas, disputas sobre a existência de dados do sentido e sobre a extensão do nosso conhecimento. Em terceiro lugar, algumas (possivelmente todas) teorias filosóficas não podem ser empíricas pois implicam a impossibilidade lógica daquilo que é possível de forma patente e inegável. Por exemplo, parece uma consequência de algumas ideias de Bradley ser autocontraditório (e não simplesmente falso) que nós todos estejamos aqui agora, ou em algum lugar antes, ou que nós tenhamos andado por aqui, ou que eu possa sentar-me ao lado de B.

There are two points to be made about views which have this sort of consequence, (1) that a philosopher need make no appeal to fact to show the incorrectness of such views, and (2) that whatever implies that something is logically impossible cannot itself be empirical. (1) It is an adequate objection to such a philosophical view that it has as a consequence the impossibility of what is clearly possible. (I am taking the position that if we know anything at all we know, for example, that sitting next to B is entirely possible. This is a minimum claim to knowledge. It requires only the understanding of the sentence asserting it.) Citing the relevant *possibility* constitutes a sufficient objection to such a view; if a philosopher cites a fact he has merely cited something logically stronger than is necessary. It is the mere possibility, not the fact, that he requires. The possibility of there being a right act the total consequences of which do not contain as great a balance of pleasure over pain as any act the agent could do is enough to refute the theory that every right act must have consequences containing such a balance. That the possibility is remote or fantastic does not prevent it from being a test case. In other words, the theory is tested by a mere logical possibility. And what is merely possible cannot serve to refute a statement of fact. This is support for my claim that philosophical investigation of a theory is not empirical and hence that the theory itself is not empirical. (2) An additional reason for asserting the theory to be non-empirical is that whatever implies that something is logically impossible cannot itself be factual. No factual statement has as a consequence a logical impossibility.

p. 291

The three considerations cited against holding philosophical views to be empirical are obviously different in character. The first two call attention to matters of fact about philosophical investigations and philosophical disputes, while the last one rests on the logical points (1) that only a non-empirical statement can be tested by citing a possibility, and (2) that whatever implies that something is logically impossible cannot itself be factual. All entail the consequence that a philosophical investigation does not consist in the attempt to ascertain the truth-value of a theory.

Without pretending to have met various reasons that might be advanced for the thesis that a philosophical theory does assert something factual, I am now going to proceed as though enough had been said to dispose of this thesis, in order to take up another view, which at least in appearance contests the claim that philosophical theories inform us only about the use of words. Philosophers holding this view do make a careful examination of the language used to express a theory, but they consider this linguistic task merely as a preliminary necessity for ascertaining truth. This view is the most plausible alternative both to the view that philosophical theories are factual truths or falsities and to the view that their function is to convey facts about words. It is the most plausible, first, because it is consistent with the fact that philosophical investigations are not empirical and that philosophical disputes are not settled by appeal to fact, and second, because it has the support of the undeniable fact that philosophical theories are expressed in what may be called the ontological as opposed to the linguistic idiom. According to this alternative view philosophical statements are analyses of puzzling concepts; and philosophical reasoning, at least a good deal of it, is directed to defending or attacking the correctness of an analysis. Philosophical questions and answers, and philosophical disputes, all have on this view a non-linguistic description. A philosophical question is a request for the analysis of a concept, i.e., for a statement of what concepts constitute (are logically entailed by) the given concept. The analysis will be correct if the statement of it is a logically necessary truth. Vagueness of concepts is the explanation of philosophical disputes.

p. 292

Now the history of philosophy is full of what appear to be attempts to arrive at necessary truths. The following are illustrations: (1) Body is extended. This was set out by Descartes as an indubitable truth, indubitable because ascertainable by reason alone. Being a physical body necessarily implies being extended in space. (2) Socrates' attempts in the *Republic* and other dialogues to find the "essence" of justice,

Há dois pontos a se considerar sobre as visões que trazem esse tipo de consequência: 1) que um filósofo não precisa apontar para os fatos para mostrar a incorreção de tais visões; e 2) o que quer que implique que algo é logicamente impossível, não pode, em si mesmo, ser um dado empírico. 1) É uma objeção adequada a tal visão filosófica, que ela tenha, como consequência, a impossibilidade daquilo que é claramente possível. (Estou levando em conta a posição de que, se é que sabemos de algo, sabemos, por exemplo, que sentar próximo de B é inteiramente possível. Isso é o mínimo que podemos alegar de conhecimento. Para tanto, basta entender a frase que o afirma). Citar a possibilidade relevante constitui uma objeção suficiente de tal visão. Se um filósofo cita um fato, ele apenas citou algo logicamente mais forte que o necessário. É tão somente da mera possibilidade, não do fato, que ele precisa. A possibilidade de que as consequências totais de um ato justo não tragam um saldo positivo de prazer em relação à dor, mais que qualquer outro ato praticado pelo agente, é suficiente para refutar a teoria de que as consequências de todo ato justo irão apresentar esse saldo. Que a possibilidade seja remota ou fantástica não a previne de se constituir como um caso-teste. Em outras palavras, a teoria é posta à prova pela mera possibilidade lógica. E o que é meramente possível não pode servir para refutar uma afirmação factual. Isso dá sustentação à minha sugestão de que a investigação filosófica de uma teoria não é empírica, e que, portanto, a própria teoria não é empírica. 2) Uma razão adicional para afirmar que a teoria é não-empírica é que o que quer que implique que algo é logicamente impossível, não pode ser factual. Nenhuma afirmação factual tem como consequência uma impossibilidade lógica.

p. 291

As três considerações mencionadas, contra a posição de que visões filosóficas sejam empíricas são, obviamente, de diferente caráter. As duas primeiras chamam atenção para questões factuais a respeito de investigações e disputas filosóficas, enquanto a última depende do argumento lógico de que 1) apenas uma afirmação não-empírica pode ser testada citando-se uma possibilidade, e 2) o que quer que implique que algo é logicamente impossível, não pode ser factual. Todas implicam na consequência de que uma investigação filosófica não consiste na tentativa de assegurar o valor de verdade de uma teoria.

Sem pretender ter abarcado as várias razões que podem ser apresentadas para a tese de que uma teoria filosófica afirma algo factual, vou prosseguir partindo do princípio de que já foi dito o suficiente para refutar essa tese, e passo a considerar outra visão que, ao menos na aparência, contesta a alegação de que teorias filosóficas apenas nos informam a respeito do uso das palavras. Filósofos que seguem esse caminho examinam com cuidado a língua usada para expressar uma teoria, mas consideram tal tarefa linguística como uma etapa preliminar para a verificação da verdade. Essa é a alternativa mais plausível tanto à visão de que teorias filosóficas são verdades ou falsidades factuais, quanto à visão de que sua função é a de elucidar fatos sobre as palavras. É a mais plausível, primeiro porque é consistente com o fato das investigações filosóficas não serem empíricas, e as disputas filosóficas não serem resolvidas apelando para a realidade factual, e, segundo, por ter a seu favor o fato inegável de que teorias filosóficas são expressas naquilo que pode ser chamado de idioma ontológico, em oposição ao linguístico. De acordo com essa alternativa, afirmações filosóficas são análises de conceitos enigmáticos, e a argumentação filosófica, ou ao menos boa parte dela, é direcionada a defender ou corrigir uma dada análise. Perguntas e respostas filosóficas, e disputas filosóficas, todas têm, nessa visão, uma descrição não linguística. Uma pergunta filosófica é uma solicitação de análise de um conceito, ou seja, de uma afirmação sobre quais conceitos constituem (são logicamente implicados por) um dado conceito. A análise estará correta se sua afirmação é uma verdade logicamente necessária. A origem das disputas filosóficas seria a imprecisão conceitual.

p. 292

A história da filosofia está repleta daquilo que parecem tentativas de chegar a verdades necessárias. Os exemplos seguintes são ilustrativos: 1) O corpo é extenso. Isso foi posto por Descartes como uma verdade indubitável, pois é certificada unicamente pela razão. Ser um corpo físico necessariamente implica estender-se no espaço. 2) As tentativas de Sócrates na *República* e em outros diálogos de achar a "essência" da justiça, da

courage, virtue, etc. are also good illustrations of attempted analyses, as is evidenced by his procedure of dismissing any feature not characterizing all possible instances of the concept in question. (3) Zeno's argument that motion is impossible was directed to showing the concept of motion to have contradictory consequences. At least this is the natural description of his argument that the hypothesis that a body moves from A to B is self-contradictory. (4) Bradley's argument for the impossibility of relations, namely, that in order for two things to be related there would have to be an infinity of relations between them, also clearly derives from an investigation of the notion of a relation. (5) Hume's claim that a cause is nothing more than an invariable sequence appears likewise to be an analytic account of causation.

Now the activity illustrated in these examples is according to some philosophers not to be described as in any way requiring the examination of language, except as language is a crutch to our apprehension of concepts. Some go so far as to lodge a general complaint against language, not only because it is so often abused but because it is a barrier rather than a window to our ideas. Berkeley, for example, enjoins each of us to "use his utmost endeavors to obtain a clear view of the ideas he would consider, separating from them all that dress and incumbrance of words which so much contribute to blind the judgment and divide the attention. . . . We need only draw the curtain of words to behold the fairest tree of knowledge, whose fruit is excellent and within the reach of our hand." For himself, since ideas so little profit from their quite fortuitous association with words, he says that "whatever ideas I consider. I shall endeavor to take them bare and naked into my view, keeping out of my thoughts, so far as I am able, those names which long and constant use hath so strictly united with them... So long as I confine my thoughts to my own ideas, divested of words, I do not see how I can easily be mistaken. The objects I consider I clearly and adequately know . . . To discern the agreements and disagreements there are between my ideas, to see what ideas are included in my compound idea and what not, there is nothing more requisite than an attentive perception of what passes in my own understanding." This evidently is what C. H. Langford in our time calls "considering a statement, not verbally, but in terms of genuine ideas."

p. 293

If any philosopher takes the position that a concern with ideas is positively hampered by attention to words, and that ideas are the philosopher's proper concern, he clearly will be far from admitting that philosophical views are in any way about words or that examination of language is anything more than an unfortunate necessity. It is my contention that complaints which philosophers have made against language are pseudo-complaints — pseudo because they express dissatisfaction with the fact that language does not come up to a standard which it is self-contradictory that it should come up to. But I have argued this point elsewhere ^ and so shall not discuss it here. If it is correct, then philosophers are robbed of an important reason for holding that analysis should be of concepts but not of language, and that attention to language is a second-best to inspection of ideas. I suspect it is nonsense to speak, as Berkeley did, of taking ideas "bare and naked" into one's view, divested of their linguistic encumbrances. But disregarding this point, what I want to propose (though with some reservation) is that an analyst, even though he claims linguistic study is merely a tool in the analysis of concepts, is in fact engaging in *one* linguistic approach to philosophical problems.

I define a linguistic approach to philosophy as one arising from the view that what a philosopher does when he produces or tries to refute a philosophical theory is to inform one about language. Whether or not the so-called analytic approach in philosophy can be classified as a linguistic approach I admit is uncertain. But we may take it as evidence that it can be if the analysis of a concept which a philosophical theory is claimed to state turns out to be a linguistic analysis. This evidence is provided by G. E. Moore's statement in Cambridge lectures that the analysis of a notion is identical with the definition of a word, in a strictly limited sense. Roughly, "analytic definition" covers what that sense is. An analytic definition is intended to clarify a concept by making explicit those concepts implicitly contained in it. This it will succeed in doing only if the words occurring in the expression of the analysans stand for "such ideas as common use has annexed them to," to quote Locke. That is, if the analysans is expressed

coragem, da virtude etc., também são boas ilustrações de tentativas de análise, como fica evidente em seu procedimento de descartar qualquer aspecto que não caracterize todas as instâncias do conceito em questão. 3) O argumento de Zenão de que o movimento é impossível era direcionado a mostrar que o conceito de movimento tem consequências contraditórias. 4) O argumento de Bradley sobre a impossibilidade das relações, a saber, que para duas coisas serem relacionadas teria que haver uma infinidade de relações entre elas, também deriva claramente de uma investigação da noção de relação. 5) A proposta de Hume de que uma causa nada mais é que uma sequência invariável parece, igualmente, ser uma abordagem analítica da causalidade.

A atividade ilustrada nesses exemplos não deve, de acordo com alguns filósofos, ser descrita de maneira alguma como requerendo o exame da língua, a não ser como uma muleta para a apreensão dos conceitos. Alguns chegam ao ponto de fazer uma queixa geral contra a linguagem, não só por seu frequente uso incorreto, mas por ser uma barreira, antes que uma janela, para nossas ideias. Berkeley, por exemplo, convida cada um de nós a "usar o mais alto empenho para obter uma clara visão das ideias que entretém, separando delas toda a cobertura e estorvo das palavras que tanto contribuem para cegar o julgamento e dividir a atenção... Precisamos apenas abrir as cortinas das palavras para contemplar a mais rica árvore do conhecimento, cujos frutos são excelentes e ao alcance de nossa mão". Quanto a si mesmo, como as ideias ganham tão pouco de sua associação fortuita com as palavras, ele diz que "quaisquer ideias que considero, devo empenhar-me em trazê-las desembaraçadas e nuas diante de mim, mantendo longe de meus pensamentos, o mais que puder, aqueles nomes que o uso prolongado e constante atou firmemente a elas... Enquanto eu confinar meus pensamentos às minhas próprias ideias, despojadas de palavras, não vejo como posso ser facilmente enganado. Os objetos que considero, eu conheço clara e adequadamente... Para compreender as concordâncias e discordâncias que ocorrem entre minhas ideias, para saber que ideias estão incluídas em minha ideia composta, e quais não estão, não há melhor expediente que uma percepção criteriosa ao que se passa no meu próprio entendimento". Isso, evidentemente, é o que C. H. Langford em nosso tempo chamou de "considerar um argumento, não verbalmente, mas em termos de ideias genuínas".

p. 293

Se qualquer filósofo assume a posição de que uma preocupação com as ideias é positivamente dificultada pela atenção às palavras, e que as ideias são a preocupação apropriada do filósofo, ele estará evidentemente longe de admitir que visões filosóficas tenham qualquer coisa a ver com as palavras, ou que o exame da linguagem seja algo mais que uma desafortunada necessidade. Meu desacordo é que as queixas dos filósofos contra a linguagem são pseudo-reclamações. *Pseudo* pois expressam insatisfação com o fato de que a língua não atinge um padrão ideal, e, caso ela o atingisse, seria autocontraditória. Eu já discuti esse ponto em outra ocasião, e não o farei de novo aqui. Mas se o argumento for correto, os filósofos estão privados de uma razão importante para sustentar que a análise deve ser de conceitos, e não da língua, e que a atenção à linguagem é menos importante que a inspeção das ideias. Suspeito que seja um contrassenso falar, como fez Berkeley, sobre ideias "desembaraçadas e nuas" diante de si, despojadas de suas dificuldades linguísticas. Mas ignorando esse ponto, o que quero propor (ainda que com alguma reserva) é que um analista, mesmo quando alega que o estudo linguístico é um mero instrumento para a análise de conceitos, está de fato comprometido com *uma* abordagem linguística de problemas filosóficos.

Defino uma abordagem linguística da filosofia como aquela que nasce da visão de que o que um filósofo faz quando ele produz ou tenta refutar uma teoria filosófica é informar-nos sobre a língua. Se a chamada abordagem analítica em filosofia possa ou não ser classificada como uma abordagem linguística, admito ser algo incerto. Mas podemos tomar isso como evidência de que ela pode ser, se o que a teoria filosófica alega ser a análise de um conceito, mostrar ser, de fato, uma análise linguística. Encontramos essa evidência no argumento de G. E. Moore em suas conferências em Cambridge, de que a análise de uma noção é idêntica à definição de uma palavra, em um sentido estritamente limitado. Grosso modo, "definição analítica" cobre o que esse sentido é. Com a definição analítica, o que se pretende é elucidar um conceito, tornando explícitos os conceitos implícitos que nele estão contidos. A tarefa só terá sucesso se as palavras que ocorrem na expressão do analisando denotam "as ideias que o senso comum anexou a elas", citando Locke. Ou seja, se o

by means of words not having a usage in the language or by means of old words used in a new way, the analysis will not clarify a concept. A successful analysis then will secure the same end as a correct definition: state how a word or phrase is conventionally used. However, from his Cambridge lectures there is reason to suppose that Moore, who would I think agree that some philosophical theories state analyses, would deny that they state something about the correct or established use of language, and for reasons over and above the fact that they are not *about* words.

p. 294

Whether or not Moore would deny this thesis about what analysis does I am not concerned here to decide. I am concerned to evaluate it since it is an emphatically linguistic view in which the increasing attention to language naturally eventuates. According to this view the appearance which a philosophical theory has of being about empirical fact, or of being about the implications of concepts, merely conceals an attempt to express correct usage. Philosophical theories are to be examined neither for their necessary truth nor for their correspondence with those non-linguistic facts which make up our spatio-temporal world, but for their linguistic correctness — that is, for their correspondence with the linguistic facts that words are customarily used in such-and-such a way. I am not sure that anyone has ever held this view about philosophical theories. However, though one might not explicitly hold it, one might do philosophy as though one did. Moore and Norman Malcolm have often proceeded in such a way as to suggest this, for example, when they criticize a theory for misuse of words. Recall Moore's criticisms of views, say on the nature of material objects, for going counter to ordinary English, and Malcolm's recent criticisms of Moore's use of "know" in the claim "I know material objects exist" and of Russell's use of "perception" in his claim that perception involves an inference. This type of criticism at least suggests that a philosopher was interpreted as attempting, but failing, to give a proper account of conventional usage.

p. 295

The attempt to answer one or other of the questions, "Does this analysis state a necessary truth?" "Does this account of the use of the word correctly describe its established, conventional use?" characterizes the tasks, respectively, of the two positions I have thus far called linguistic. Either position differs markedly from one further linguistic approach to philosophical problems, stated explicitly by Morris Lazerowitz, and by John Wisdom in some of his papers, according to which philosophers are neither analyzing concepts nor stating correct usage in giving a view, but are doing something else equally linguistic, namely, revising language. This approach stems from the view that philosophical theories are not, as they appear to be, answers to questions, but are proposals to alter language: that they do not in fact attempt to clarify a concept or to explain a current usage, but instead, in a concealed way, propose that a word's use shall be modified for philosophical purposes. Practitioners of this persuasion conduct what might be called meta-philosophical investigations — that is, they do not aim at establishing or refuting a theory, i.e., at answering a philosophical question, but instead show what linguistic features a philosopher is emphasizing in order to persuade other philosophers of the need of a linguistic change. They try to show what a philosophical theory comes to; and they arrive in the end at the Wittgenstein position that once one sees what a question comes to the craving for an answer disappears.

We have now three views about the nature of philosophical theories, one that they state analyses of concepts, another that they state what is the established usage of words, and another that they conceal a proposal for linguistic change. In order to make clear the differences between the first two and the last I shall try to set out what, ideally, their proponents would say about Berkeley's defense of his theory about physical objects. Berkeley grants that the expression "What we eat, drink, and are clothed with are ideas" departs from the familiar use of language. But he asserts he is

analisando é expresso por meio de palavras que não têm uso na língua, ou por meio de velhas palavras usadas de um jeito novo, a análise não vai elucidar o conceito. Uma análise bem-sucedida deve então assegurar o mesmo resultado como uma definição correta: mostrar como uma palavra ou frase é usada convencionalmente. Porém, a partir de suas conferências em Cambridge, há razões para supor que Moore, que penso que concordaria que algumas teorias filosóficas exprimem análises, negaria que elas exprimem algo sobre o uso correto ou corrente da linguagem, e por razões além e acima do fato de que elas não são *sobre* palavras.

p. 294

Se Moore rejeitaria ou não a presente tese sobre o que a análise faz, não é meu intuito decidir aqui. Preocupo-me, antes, em avaliá-la, já que se trata de uma visão enfaticamente linguística em que a atenção crescente à língua ocorre naturalmente. De acordo com essa visão, a aparência de uma teoria filosófica, de ser sobre um fato empírico, ou de ser sobre as implicações dos conceitos, apenas esconde uma tentativa de expressar um uso correto. Teorias filosóficas devem ser examinadas não por sua verdade necessária, nem por sua correspondência com fatos não-linguísticos que compõe nosso mundo espaço-temporal, mas por sua correção linguística, ou seja, por sua correspondência com o fato linguístico de que as palavras são usadas comumente dessa ou daquela maneira. Não estou segura se alguém já sustentou esta visão sobre teorias filosóficas. No entanto, ainda que alguém não a sustente explicitamente, essa pessoa bem pode estar fazendo filosofia desse modo. Moore e Norman Malcolm sempre procederam de um modo que sugere exatamente isso, por exemplo, quando criticam uma teoria por seu uso inadequado das palavras. Relembre a crítica de Moore a posições sobre, digamos, a natureza de objetos materiais, por irem contra o inglês comum, e as recentes críticas de Malcolm a Moore por seu uso de "saber" na alegação "Eu sei que objetos materiais existem" e ao uso, por Russell, de "percepção", na sua proposta de que a percepção envolve uma inferência. Esse tipo de crítica sugere, ao menos, que um filósofo foi interpretado como tentando, mas não conseguindo, oferecer um relato apropriado dentro do uso convencional.

p. 295

A tentativa de responder uma das duas perguntas, "Esta análise exprime uma verdade necessária?", e "Este relato sobre o uso da palavra descreve corretamente seu uso convencional, estabelecido?" caracteriza as tarefas, respectivamente, das duas posições que até agora chamei de linguísticas. Ambas diferem marcadamente de uma terceira abordagem linguística dos problemas filosóficos, explicitada por Morris Lazerowitz e John Wisdom em alguns de seus trabalhos, e segundo a qual os filósofos não estão nem analisando conceitos, nem evidenciando o uso correto ao exprimir sua posição, mas estão fazendo algo diferente igualmente linguístico, a saber, reformando a língua. Essa abordagem surge da visão de que as teorias filosóficas não são, como aparentam ser, respostas a questões, mas propostas de reformar a língua: que elas não tentam, de fato, elucidar um conceito ou explicar um uso corrente, mas, em vez disso, de um modo velado, propõe que o uso de uma palavra deve ser modificado por motivos filosóficos. Praticantes desse tipo de persuasão conduzem o que pode ser chamado de investigações meta-filosóficas, ou seja, eles não objetivam estabelecer ou refutar uma teoria, ou a responder a uma questão filosófica, mas, antes, mostrar quais aspectos linguísticos um filósofo está enfatizando, de modo a persuadir outros filósofos da necessidade de uma reforma linguística. Eles tentam mostrar a que se destina uma teoria filosófica; e eles chegam, ao final, à posição de Wittgenstein, de que assim que se conhece a finalidade de uma pergunta, o desejo pela resposta desaparece.

Temos agora três posições sobre a natureza das teorias filosóficas: uma em que elas exprimem análises de conceitos, outra em que elas exprimem o uso estabelecido das palavras, e uma terceira, em que elas escondem uma proposta de mudança linguística. De modo a deixar claras as diferenças entre as duas primeiras e a última, vou tentar estabelecer o que seus proponentes hipoteticamente diriam sobre a defesa de Berkeley de sua teoria dos objetos físicos. Berkeley admite que a expressão "Aquilo que comemos, bebemos e vestimos são ideias" foge do uso familiar da língua. Afirma, porém, que não está discutindo "a

not disputing “about the propriety, but the truth of the expression”. “If you agree with me that we eat and drink and are clad with the immediate objects of sense, which cannot exist unperceived . . . I shall readily grant it is more proper or conformable to custom that they should be called *things* rather than *ideas*”. In other words, he seems to say that “We are clothed with material things” is proper enough language, that is, that what we are clothed with *is* the sort of thing to which “material things” is applied, but that it fails to express what is true; while “We are clothed with ideas” offends against linguistic proprieties but does say what is true. He recommends our compromising between these two facts by employing “those inaccurate modes of speech which use has made inevitable,” but with full awareness of their inaccuracy. For purposes of philosophizing “We are clothed with fine raiment” will be understood to mean “We are clothed with raiment-ideas.” Thus we shall “think with the learned but speak with the vulgar.” In this way he insists that “the common use of language will receive no manner of alteration from the admission of our tenets,” that “the tenets we lay down are not inconsistent with the right use of language.”

p. 296

About these claims there are two things to say: (1) Quite clearly, as English is at present, “We are clothed with ideas” is not a proper interpretation of “We are clothed with material things.” There is no rule of synonymy which makes it correct to replace “material thing” by “class of ideas.” (2) Berkeley preserves the *status quo* of ordinary English at the cost of constructing a philosophical language to which his arbitrary rule of translation, “material thing” = “class of ideas,” provides no bridge. For “We are clothed with ideas,” which he says is true, cannot translate into “We are clothed with material things,” because that is, according to Berkeley, false, or, by turns, nonsense.

About these facts proponents of the three linguistic theories about philosophy would take, respectively, the following positions: the first two that Berkeley is misusing language; the third that he is suggesting an alteration, for academic purposes, of philosophic discourse, and that it is a misinterpretation of his intention to suppose he is stating the accepted meaning of the phrase “material thing.” Only in philosophical usage is his meaning to obtain, which is to say that the phrase “material thing” will come to have no function in philosophical discourse since “class of ideas” will displace it.

The sharp difference between these positions shows up when each is considered with reference to the question “Why is it so often asserted that Berkeley’s position on material objects, though not substantiated, is unrefuted?” Accepting the view that Berkeley is either analyzing the nature of material objects or defining the phrase “material object,” the charge that he is misusing language would imply that his analysis, or definition, is incorrect. But as the quotations make clear, Berkeley was perfectly aware, even admits, that his account uses “ideas” in a way not in accord with ordinary linguistic proprieties. Yet he insists on his account nevertheless. If the aim of a philosophical theory is to give a correct analysis or a correct account of established usage, then the theory should be refuted so soon as it is shown that it fails to do this. And it would then be inexplicable why his theory is thought to remain unrefuted.

p. 297

The third linguistic view, on the other hand, is constructed to explain just this phenomenon. If Berkeley’s theory is an attempt to alter language for purposes of *philosophic* (as against ordinary) discourse, then it is understandable why pointing out a linguistic impropriety in no way persuades him to relinquish his view. Berkeley’s reasoning for this view also has its explanation: if his view conceals an attempt to persuade one to accept a modification of language – conceals because of its being expressed in the indicative and its using but not mentioning words – then his reasoning will be construed not as showing its correctness but as urging the virtue of a proposed re-definition and the demerits of present usage. The first two linguistic approaches would thus take Berkeley’s theory as an attempt to

adequação, mas a verdade da expressão”. “Se você concorda comigo que comemos, bebemos ou vestimos objetos imediatos dos sentidos, que não podem existir sem serem percebidos... Eu prontamente concedo que é mais apropriado ou costumeiro chamá-los de coisas, e não de ideias”. Em outras palavras, ele parece dizer que “Estamos vestidos com coisas materiais” é uma linguagem adequada o suficiente, ou seja, que aquilo que vestimos é o tipo de coisa a que “coisas materiais” se refere, mas que ela falha em exprimir o que é verdadeiro. Enquanto que “Estamos vestidos de ideias” fere a adequação linguística, mas aquilo que diz é, de fato, a verdade. Berkeley recomenda um compromisso entre esses dois fatos empregando “aqueles modos imprecisos de falar que o uso torna inevitáveis”, embora mantendo-se consciente de sua imprecisão. Para fins filosóficos, “Estamos vestindo tecidos finos” deve ser entendido como correspondente a “Estamos vestindo ideias de tecido”. Devemos então “pensar como o culto, mas falar como o inculto”. Desse modo, ele insiste que “o uso comum da língua não deverá sofrer nenhum tipo de alteração pela admissão de nossas premissas”, e que “as premissas que estabelecemos não são inconsistentes com o uso correto da linguagem”.

p. 296

Sobre essas afirmações, há duas coisas a dizer: 1) Claramente, ao menos em português corrente, “Nós vestimos ideias” não é uma interpretação adequada de “Nós vestimos coisas materiais”. Não há regra de sinonímia que torne correto substituir “coisas materiais” por “classe de ideias”. 2) Berkeley preserva o *status quo* do português comum às expensas de construir uma língua filosófica para a qual sua regra arbitrária de tradução, “coisas materiais” = “classe de ideias”, não oferece uma ponte. “Nós vestimos ideias”, que ele diz ser verdade, não pode ser traduzido por “Nós vestimos coisas materiais”, já que essa expressão, de acordo com Berkeley, é falsa, ou, alternativamente, sem sentido.

Sobre esses fatos, proponentes das três teorias linguísticas da filosofia teriam, respectivamente, as seguintes posições: os dois primeiros, que Berkeley está usando a língua inadequadamente; e o terceiro, que ele está sugerindo uma alteração, para fins acadêmicos, do discurso filosófico, e que é uma interpretação equivocada de sua intenção supor que ele está usando o significado aceito de “coisa material”. Apenas no contexto do uso filosófico podemos obter seu significado, o que é o mesmo que dizer que o termo “coisa material” não terá função no discurso filosófico, na medida em que “classe de ideias” irá substituí-lo.

A diferença marcante entre essas posições surge quando cada uma é considerada em relação à pergunta: “Por que tantas vezes se diz que a posição de Berkeley sobre os objetos materiais, apesar de não fundamentada, nunca foi refutada?” Partindo do princípio que Berkeley está ou analisando a natureza dos objetos materiais, ou definindo a expressão “objeto material”, a acusação de que ele está fazendo mau uso da língua implica que sua análise, ou sua definição, é incorreta. Mas como as citações deixam claro, Berkeley estava plenamente consciente, e inclusive admite, que em seu discurso, ele utiliza “ideias” de um modo que não está de acordo com o uso linguístico comum. E, ainda assim, insiste nesse discurso. Se o objetivo de uma teoria filosófica é oferecer a análise correta ou a definição correta de um uso estabelecido, então a teoria deveria ter sido refutada tão logo se mostrou que ela falha nesses objetivos. E seria inexplicável a razão de se pensar que a teoria se mantém irrefutada.

p. 297

A terceira abordagem linguística, por outro lado, é construída para explicar justamente esse fenômeno. Se a teoria de Berkeley é uma tentativa de alterar a língua para fins do discurso *filosófico* (em oposição ao comum), então é fácil entender por que a evidência de uma inadequação linguística não o convence a abrir mão de sua posição. A argumentação de Berkeley a favor dessa posição também tem sua explicação: se sua posição esconde uma tentativa de persuadir as pessoas a aceitar a modificação da língua – esconde por ser expressa no modo indicativo e por seu uso, e não menção, das palavras – então sua argumentação será construída, não para mostrar que está correta, mas para exortar o ouvinte a aceitar as virtudes de uma proposta de re-definição, e os deméritos do uso corrente. As duas primeiras abordagens linguísticas tomam então a

give a correct answer to one or other of the questions, “What is the analysis of the concept ‘physical object’?” “What is the proper use of the words ‘physical object’?”; the last takes it as not attempting a true answer to any question whatever. It therefore directs its efforts, not to refuting Berkeley but to showing what his view comes to, i.e., what linguistic features he emphasizes in order to persuade one of the need for a linguistic alteration.

Although a number of philosophers have, in working with a particular philosophical theory, done the kind of meta-philosophical analysis I have just described, i.e., shown what specific linguistic modification is being recommended, they have not always proceeded in this fashion and consequently have not subscribed to the above general account of the nature of philosophical theories. Norman Malcolm, for example, describes the sceptic as recommending the discontinuance of the application of the word “certain” to empirical statements, but in some of his writings he seems not to take this kind of view. Max Black describes the critics of induction as proposing a change of terminology, viz., of “practically know” for “know for certain,” holding that their criticism arises because they prefer to construe “know” in a limiting sense, that is, as meaning “deductively certain.” Nevertheless, Black denies he is analyzing the dispute between defenders and critics of induction as being about how inductive inference ought to be described. Similarly, Moore denies, in his comment on a paper of mine, that the sceptic is proposing how the word “know” ought to be used, and in a comment on a paper by Morris Lazerowitz, that he is proposing anything about the use of the word “unreal.”

p. 298

I should like now to canvass briefly the objections to the view that a philosophical theory proposes a linguistic change. In *Language and Philosophy* Max Black, in referring to Moore, cites the fact that “the man who might be supposed to know best whether he is making a recommendation strenuously resists the suggestion.” This it seems to me is not a convincing reason. Normally it would be, but when one considers the scandalous fact that after more than 2000 years philosophers are still so unclear about what philosophy is as not to be puzzled by the fact that no single theory remains undisputed, I think we can grant Moore nothing further than that he certainly *thinks* he is not making linguistic recommendations. What one thinks one is doing and what one is in fact doing may be quite different things. Hume certainly thought he was urging us to establish empirically, by introspection, that there could not be a simple idea without a correspondent impression; and yet he had already stated that “by *ideas* I mean the faint images of [impressions].” It should be pointed out that to hold that traditional philosophers are making linguistic proposals is not the same as to say they are making *conscious* linguistic proposals. Any person holding the proposal theory would certainly say that philosophers are unaware of the fact that they are revising language, and that what they do with language deludes them as well as others. Freud’s well-known study on the psychopathology of everyday life is sufficient evidence for the possibility of this being the case.

But there is one much more crucial criticism, directed against every linguistic theory about the nature of philosophy, which must be weighed. This criticism rests on the obvious fact that philosophical views are not ostensibly about the use of words at all. Philosophical statements use but do not mention words. They are expressed as though they were about matters of fact or, alternatively, about relations between concepts. Some philosophers appear to claim they are about both, for example, rationalists who hold the task of metaphysics to be discovery of the necessary features of *reality*. I should like to hold that just as the form of expression of philosophical theories misleads some philosophers into saying they are about our world, so the form misleads critics of linguistic approaches into supposing they do not convey merely verbal information.

p. 299

What then about the view that they state the relation between concepts, and further, that their function is in no way to convey any fact about words? It seems to me that the likeness of an analysis, that is, a necessary proposition, to an empirical one, and its unlikeness to such a proposi-

teoria de Berkeley como uma tentativa de dar a resposta correta a uma ou à outra dessas questões: “Qual é a análise do conceito “objeto físico?” e “Qual é o uso apropriado das palavras “objeto físico?””; sendo que a terceira não a toma como tentando responder a quaisquer perguntas. Ela direciona seus esforços, não para refutar Berkeley, mas para mostrar a que se destinam suas posições, isto é, que aspectos linguísticos ele enfatiza de modo a persuadir seus ouvintes da necessidade de uma reforma linguística.

Apesar de vários filósofos terem realizado, ao trabalhar com uma teoria filosófica particular, o tipo de análise meta-filosófica que eu acabei de descrever, isto é, terem mostrado que reforma linguística específica está sendo recomendada, eles nem sempre mostraram que procedem dessa maneira, e, portanto, não subcreveram necessariamente o relato eu acabei de oferecer sobre a natureza das teorias filosóficas. Norman Malcolm, por exemplo, descreve o cético como recomendando a descontinuação da palavra “ter certeza” para declarações empíricas, mas em alguns de seus escritos ele parece não sustentar esse tipo de posição. Max Black descreve os críticos da indução como propondo uma mudança da terminologia, por exemplo, de “saber ao certo” para “praticamente saber”, argumentando que a crítica surge por preferirem construir “saber” em um sentido limitado, significando apenas “estar dedutivamente certo”. Apesar disso, Black nega que esteja analisando a querela entre defensores e críticos da indução como uma disputa acerca do modo de descrever a inferência indutiva. Do mesmo modo, Moore nega, em seu comentário a um artigo meu, que o cético está propondo como a palavra “saber” deve ser usada, e em um comentário a um artigo de Morris Lazerowitz, nega que esteja propondo algo a respeito do uso da palavra “irreal”.

p. 298

Gostaria agora de examinar brevemente as objeções à visão de que uma teoria filosófica propõe uma reforma linguística. Em *Linguagem e filosofia*, Max Black, referindo-se a Moore, cita o fato de que “a pessoa que supostamente sabe melhor se está ou não fazendo uma recomendação, resiste categoricamente a essa sugestão”. Essa não me parece uma razão convincente. Em geral até poderia ser, mas quando consideramos a situação escandalosa de que após mais de 2 mil anos, os filósofos continuam tão pouco claros sobre o que é a filosofia, a ponto de não se incomodarem com o fato de nem uma única teoria permanecer inquestionável, considero que podemos conceder a Moore, quando muito, que ele certamente *pensa* não estar fazendo uma recomendação linguística. O que alguém pensa estar fazendo e o que de fato faz, podem ser coisas bem distintas. Hume certamente pensava que estava nos encorajando a estabelecer empiricamente, por introspecção, que não podia haver uma ideia simples sem a impressão correspondente, e, no entanto, ele já havia declarado que “por *ideias*, quero dizer as imagens tênues das [impressões]”. É bom salientar que sustentar que os filósofos tradicionais estão fazendo propostas linguísticas não é o mesmo que dizer que eles estão *conscientemente* fazendo propostas linguísticas. Qualquer um que defenda a teoria da proposta, pode muito bem dizer que o filósofo está desatento ao fato de estar reformando a linguagem, e que o que ele faz engana a ele mesmo tanto quanto aos outros. O conhecido estudo de Freud sobre a psicopatologia da vida cotidiana é evidência suficiente para a possibilidade do caso vir a ser esse.

Mas há uma crítica ainda mais crucial contra toda teoria linguística sobre a natureza da filosofia, que merece ser pesada. Essa crítica repousa sobre o fato óbvio de que as abordagens filosóficas não são, ostensivamente, sobre o uso das palavras. Afirmações filosóficas usam, mas não mencionam, as palavras. Elas são expressas como se referindo a questões factuais, ou, alternativamente, a relações entre conceitos. Alguns filósofos parecem afirmar que elas são sobre ambos, como por exemplo, os racionalistas que sustentam que a tarefa da metafísica é descobrir os aspectos necessários da realidade. Eu gostaria de argumentar que assim como a forma de expressão das teorias filosóficas induzem alguns filósofos a pensar que elas são sobre o mundo, do mesmo modo essa forma induz os críticos das abordagens linguísticas a supor que a informação que elas transmitem não é meramente verbal.

p. 299

O que dizer então da visão de que elas exprimem uma relação entre conceitos, e, mais ainda, que sua função não é a de transmitir quaisquer fatos acerca das palavras? Parece-me que a articulação de uma análise, ou seja, a correspondência entre uma proposição necessária e uma proposição empírica, e sua falta de arti-

tion as “The word ‘triangle’ means three-sided figure,” deceive one about the linguistic information it provides, information about the application of a word. It would be too great a task here for me to show in detail that necessary propositions yield only verbal information, but I shall try to sketch some reasons for holding this. However, it must be admitted to begin with that it is simply incorrect to say a necessary proposition is directly about words. “Material bodies are extended” will not translate into any statement mentioning the phrase “material bodies.” Nevertheless it is a fact that in understanding a sentence for a necessary proposition and knowing that what it expresses is necessarily true, what one knows is a *verbal* fact. In understanding the sentence “Material bodies are extended” and knowing that it expresses a necessary truth one knows the phrase “unextended material body” has no application.

But, you might say, in understanding the sentence “There are no white crows” and knowing that it expresses something true one likewise knows that “white crows” has no application. This is correct, but putting the matter in this way obscures an important difference, which it is essential to be clear about: viz., that, in knowing that the one sentence expresses something contingently true, one knows the verbal fact that “white crows” has in our language a descriptive use and the non-verbal fact that it applies to nothing; while, in knowing that the other expresses something necessarily true, one knows that “unextended material bodies” has no descriptive use and one need know no non-verbal fact to know that what the sentence expresses is true. Knowing the verbal fact is sufficient for knowing a truth-value; there is no further fact to know. And this I take as grounds for holding that what a necessary proposition conveys is merely verbal information. One can understand the expression for a contingent proposition but lack knowledge as to whether what is described exists or not- But in knowing that “unextended material bodies” describes nothing conceivable, no such knowledge can be lacking. For nothing is described; if it were, then “Material bodies are extended” could theoretically be false — when what is described by “unextended material bodies” exists. The sentence “It is impossible for unextended material bodies to exist,” into which “Material bodies are extended” translates, suggests that an imaginable state of affairs, namely, a state of affairs expressed by “Unextended material bodies exist,” is impossible. But when we understand the sentence “It is impossible . . .” we know the linguistic fact that “unextended material bodies” has no descriptive use, not that it describes what is counter to natural law. Thus, although our necessary proposition does not assert any linguistic fact it does indirectly give us information about usage. And further, it gives us no more than this, since when we understand an expression not to have a use we cannot go on to say we either know or can come to know a non-linguistic fact. For we cannot know that what is described by a phrase which does not describe either could or could not, or does or does not, exist.

p. 300

This linguistic aspect of necessary propositions is what justifies the linguist in philosophy in maintaining the relevance of attending to the verbal information concealed by the form of expression. Both the philosopher who interprets a theory as attempting either a correct analysis or a correct account of usage and the philosopher who interprets it as proposing a revision of language are attending to just this concealed information. The latter arrives at his position via the thesis that a philosophical theory is being proposed for acceptance, in philosophical discourse, as a logical necessity, for example, that “Physical objects are classes of ideas” shall be understood by philosophers to express a necessary truth. And thus what is proposed on the verbal level is that “unperceived physical object” shall not have a use. On all of these views about philosophical theories then, the focus is on the verbal fact which the theories conceal.

In conclusion I should say something about one remaining view concerning the nature of metaphysical statements which is usually construed as linguistic, namely, the positivistic view that they are nonsense. There are two distinct criteria which positivists use in arriving at this conclusion about metaphy-

culação, como em “A palavra triângulo é uma figura de três lados”, nos leva a ignorar a informação linguística que ela oferece, uma informação sobre a utilização da palavra. Seria uma tarefa gigantesca para mim, mostrar em detalhes que proposições necessárias produzem apenas informação verbal, mas tentarei esboçar algumas razões para sustentar essa visão. No entanto, é preciso admitir desde já que é simplesmente incorreto dizer que uma proposição necessária remete diretamente a palavras. “Corpos materiais são extensos” não se traduz em nenhuma afirmação sobre o termo “corpos materiais”. Ainda assim, é um fato que, ao compreender uma expressão em uma proposição necessária, e saber que o que é expresso é necessariamente verdadeiro, é um fato *verbal*. Ao se compreender a sentença “Corpos materiais são extensos” e saber que ela expressa uma verdade necessária, sabe-se que o termo “corpos materiais não-extensos” não tem uso na língua.

No entanto, você poderia argumentar, ao compreender a frase “Não há corvos brancos” e saber que isso expressa algo verdadeiro, a pessoa saberá, também, que “corvos brancos” não tem aplicação. Isso está correto, mas colocar desse modo o problema obscurece uma diferença importante, sobre a qual é preciso ter clareza: que, ao saber que essa sentença expressa algo contingentemente verdadeiro, a pessoa está ciente do fato verbal que o termo “corvos brancos” tem na nossa língua um uso descritivo, e do fato não verbal de que ele não se aplica a nada¹; enquanto que, sabendo que a primeira sentença é necessariamente verdadeira, a pessoa sabe que “corpos não extensos” não tem uso descritivo, sem precisar conhecer qualquer fato não verbal para saber que o que a frase expressa é verdadeiro. Conhecer o fato verbal é suficiente para conhecer o valor de verdade; não há outros fatos para conhecer. Tomo isso como base para sustentar que aquilo que uma proposição necessária transmite é informação meramente verbal. Alguém pode entender a expressão de uma proposição contingente, mas não ter conhecimento para decidir se o que é descrito existe, ou não. Mas para saber que “corpos materiais não extensos” não descreve nada concebível, nenhum conhecimento desse tipo é necessário. Pois nada é descrito. Se fosse, então “Corpos materiais são extensos” poderia, em tese, ser falso, caso aquilo que é descrito por “corpos materiais não extensos” existisse. A frase “É impossível existir corpos materiais não extensos”, que traduz a sentença “Corpos materiais são extensos”, sugere um estado de coisas inimaginável; literalmente, um estado de coisas expresso por “Corpos materiais não extensos existem” é impossível. Mas quando entendemos a sentença “É impossível...”, conhecemos o fato linguístico de que “corpos materiais não extensos” não tem uso descritivo, e não que ele descreve algo que vai contra a lei natural. Assim, apesar de nossa proposição necessária não afirmar nenhum fato linguístico, ela indiretamente nos dá informação sobre o uso. E além disso, ela não nos oferece mais nada, pois quando entendemos que uma expressão não tem um uso, não podemos seguir adiante e dizer que conhecemos ou que podemos vir a conhecer qualquer fato não-linguístico sobre ela. Pois não podemos saber se aquilo que é descrito por uma expressão que não descreve nem o que poderia, nem o que não poderia existir, existe.

p. 300

Esse aspecto linguístico das proposições necessárias é o que justifica o linguista em filosofia a sustentar a relevância de atentar para a informação verbal velada pela forma da expressão. Tanto o filósofo que interpreta a teoria como a tentativa de uma boa análise ou uma descrição correta do uso, quanto aquele que a interpreta como uma proposta de reforma da linguagem, estão ambos atentos exatamente a essa informação velada. O último chega à sua posição pela tese de que a teoria filosófica está sendo proposta visando sua aceitação, no discurso filosófico, como uma necessidade lógica. Por exemplo, que “Objetos físicos são classes de ideias” seja entendido como uma verdade necessária. Assim, o que é pro-

1. Apenas como curiosidade, sem maiores consequências para o entendimento do texto, é bom saber que, ao contrário do que sugere a aplicação da palavra “sabe” na frase “...a pessoa sabe... que “corvos brancos” não tem aplicação”, corvos brancos de fato existem, e, portanto, o termo terá aplicação na língua comum e passa no teste de verificação empírica. Incidentalmente, esse fato acaba corroborando a sugestão de Ambrose de que “Alguém pode entender a expressão de uma proposição contingente, mas não ter conhecimento para decidir se o que é descrito existe, ou não”. N. do T.

sics, neither of which, I wish to hold, is acceptable. One is a linguistic criterion for meaningfulness which is so defined as to preclude in advance that metaphysical statements be meaningful, and the other is a nonlinguistic criterion (the so-called principle of verifiability) which turns out to be self-contradictory. The first criterion is to the effect that a declarative sentence is meaningful if and only if it expresses either an analytic or an empirical proposition. A. J. Ayer, for example, clearly supposes these to be the only two categories of propositions, and that all *a priori* propositions are analytic and all empirical ones are synthetic. Other philosophers, however, maintain there is a third class of propositions, those which are both *a priori* and synthetic, and some philosophers hold that into this class metaphysical statements fall. To express the criterion of meaningfulness by reference to the exclusive classification “analytic or empirical” is then to beg the question: “meaningful” is so defined as to exclude the possibility of *a priori* synthetic statements being meaningful. As for the second criterion for meaningfulness, to the effect that a declarative sentence is meaningful if and only if the proposition it expresses can be confirmed or refuted, this allows both that a sentence express a proposition and that it be meaningless: failing a possible confirmation or refutation, the statement to which the criterion is applied turns out not to express any proposition even though there is a proposition which fails to meet the test. Aside from this fact that the criterion is self-contradictory, it should be noted that despite appearances, this principle is not a linguistic one. It is a criterion the use of which entails no examination of language; it entails only the examination of propositions which are expressed by language.

posto no nível verbal é que o termo “objeto físico não percebido” não tem uso na língua. Em todas essas posições sobre as teorias filosóficas, portanto, o foco é no fato verbal que as teorias escondem.

Concluindo, quero dizer algo sobre uma última posição referente à natureza das declarações metafísicas que é geralmente vista como linguística, a saber, a visão positivista de que tais declarações são absurdas. Há dois critérios distintos usados pelos positivistas para chegar a essa conclusão sobre a metafísica, e nenhuma delas, quero sustentar, é aceitável. O primeiro é um critério linguístico para a significância [*meaningfulness*], definido de modo a negar, de antemão, que declarações metafísicas sejam significativas, e o outro é um critério não-linguístico (o chamado princípio da verificabilidade) que acaba se mostrando autocontraditório. O primeiro critério resulta em que uma sentença declarativa é significativa se, e somente se, ela expressa uma proposição seja analítica, seja empírica. A. J. Ayer, por exemplo, claramente supõe que essas sejam as únicas duas categorias de proposições, e que toda proposição *a priori* seja analítica, bem como toda proposição empírica seja sintética. Outros filósofos, no entanto, sustentam que há uma terceira classe de proposições que são ao mesmo tempo *a priori* e sintéticas, e que as declarações metafísicas entrariam nessa classe. Expressar o critério de significância por referência à classificação exclusiva “analítico ou empírico” nos leva a perguntar se “significativo” não é definido de modo a excluir a possibilidade de que declarações sintéticas *a priori* sejam significativas. O outro critério de significância, segundo o qual uma sentença declarativa é significativa se e apenas se a proposição que ela expressa pode ser confirmada ou refutada, permite que uma sentença expresse uma proposição e ao mesmo tempo seja desprovida de significado: se a confirmação ou a refutação falhar, a declaração a que o critério é aplicado não irá exprimir nenhuma proposição, sendo que ela justamente apresenta a proposição que falhou no teste. Independente do fato desse critério ser autocontraditório, é preciso notar que, apesar das aparências, esse princípio não é linguístico. Trata-se de um critério cuja aplicação não implica um exame da língua, mas tão somente o exame das proposições expressas pela língua.

Referências

AMBROSE, Alice. Linguistic Approaches to Philosophical Problems. *The Journal of Philosophy*, v. 49, n. 9, p. 289-301, 1952.

_____. Linguistic Approaches to Philosophical Problems. In: RORTY, Richard (Ed.). *The linguistic turn: essays in philosophical method*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p. 147-155.

CHISHOLM, Roderick. Comments on the "Proposal Theory" of Philosophy. In: RORTY, Richard (Ed.). *The linguistic turn: essays in philosophical method*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p. 156-159.

RORTY, Richard (Ed.) *The linguistic turn: essays in philosophical method*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *O livro azul*. Lisboa: Edições 70, 2008.